

ANEXO IV DA CONVENÇÃO DE DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NÚMERO
<INSERIR O NÚMERO DE REFERÊNCIA OU O NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DA
CONVENÇÃO>

CONDIÇÕES GERAIS DA
CONVENÇÃO DE DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA
O MODO DE GESTÃO CENTRALIZADA INDIRECTA

DISPOSIÇÕES GERAIS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO I: CONDIÇÕES

- (1) O organismo delegatário é responsável pela execução das tarefas relacionadas com a execução da acção descritas no Anexo I da convenção. O organismo delegatário executa as tarefas relacionadas com: a elaboração, execução e encerramento das convenções de subvenção e dos contratos, bem como com a gestão das despesas correspondentes.
- (2) Se o artigo 3.º, n.º1, das Condições Especiais assim o previr, a Comissão aceita que os sistemas de controlo, de contabilidade, de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções do organismo delegatário sejam equivalentes aos seus, tendo em conta as normas internacionalmente aceites.

ARTIGO II: OBRIGAÇÕES GERAIS

- (1) No exercício das tarefas que lhe são confiadas no âmbito da convenção, o organismo delegatário não pode executar tarefas que envolvam uma margem de apreciação susceptível de se traduzir em opções políticas:
 - (a) não pode definir, nem modificar, os objectivos, as estratégias e os domínios de acção prioritários descritos no Anexo I;
 - (b) só pode agir no âmbito das missões que lhe forem expressamente delegadas pela convenção
- (2) O organismo delegatário é responsável pela administração geral de todas as actividades necessárias para a execução da acção, tais como:
 - (a) celebra contratos, concede subvenções, procede aos pagamentos adequados e gere as eventuais convenções subsequentes, desenvolvendo todas as actividades necessárias para a gestão adequada deste tipo de actividades pelos seus parceiros de execução ou contratantes e, se for caso disso, a recuperação dos fundos indevidamente pagos;
 - (b) efectua controlos periódicos, pelo menos uma vez por ano, a fim de verificar se são devidamente cumpridos os requisitos referidos no artigo VII relacionados com a visibilidade da acção financiada ao abrigo da convenção;
 - (c) fornece à Comissão todas as informações solicitadas fornece todas as informações solicitadas no prazo de 30 dias;

- (d) participa nas reuniões de coordenação e nas outras actividades conjuntas organizadas com a Comissão.
- (3) O organismo delegatário executa as tarefas que lhe são confiadas a título da convenção respeitando o princípio de boa gestão financeira, ou seja, em conformidade com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia, e efectua os controlos necessários em conformidade com as condições e modalidades previstas na regulamentação aplicável.
- (4) O organismo delegatário informa imediatamente a Comissão de quaisquer alterações significativas nos seus procedimentos ou nos seus sistemas, em especial as que forem susceptíveis de afectar as condições de elegibilidade estabelecidas nos instrumentos legais referidos no Anexo II, ou de qualquer outro facto susceptível de afectar a aplicação da convenção ou de atrasar ou pôr em causa a execução das tarefas delegadas. Procede, nomeadamente, à actualização das informações sobre os sistemas de controlo, de contabilidade e de adjudicação de contratos, bem como sobre os sistemas de controlo interno eficazes e eficientes. A Comissão reserva-se o direito de adoptar medidas adicionais na sequência das alterações acima referidas ou de denunciar a convenção nos termos do disposto no Artigo X, n.º 2, a seguir enunciado.
- (5) O organismo delegatário utiliza um sistema geral de gestão contabilística e de protecção dos dados pessoais, bem como de acompanhamento administrativo e financeiro das convenções de subvenção e dos contratos (troca de correspondência, avisos, recepção de relatórios, etc.).
- (6) O organismo delegatário adopta as medidas necessárias para prevenir as irregularidades, a fraude¹, a corrupção² ou qualquer outra actividade ilegal no âmbito da gestão da acção. Todos os casos suspeitos ou comprovados de irregularidades, fraude e corrupção relacionados com a convenção, bem como as medidas adoptadas pelo organismo delegatário devem ser imediatamente notificadas à Comissão.

Antes da adopção da decisão relativa à adjudicação de um contrato ou à concessão de uma subvenção, o organismo delegatário verifica, em conformidade com o artigo 6.º, n.º 3, das Condições Especiais, se o terceiro em causa (ou seja, o requerente de uma subvenção, o candidato ou o proponente, incluindo os parceiros) não figura no Sistema de Alerta Precoce (SAP5)³.

Se for caso disso, o organismo delegatário é responsável pela rescisão dos contratos ou das convenções assinadas com os parceiros, contratantes ou membros do pessoal envolvidos em actos fraudulentos ou em práticas de corrupção relacionados com a presente convenção, ou com qualquer outra acção executada pelo organismo delegatário e financiada pela União Europeia ou pela Comissão, e pela instauração de processos judiciais que visam recuperar os fundos pagos indevidamente ou incorrectamente utilizados.

- (7) O organismo delegatário verifica regularmente se a acção foi correctamente executada. Se for caso disso, o organismo delegatário toma as medidas adequadas para resolver os problemas

¹ Ver artigo 1.º da Convenção, de 26 de Julho de 1995, relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias – JO C 316 de 27.11.1995, p. 48.

² Ver artigos 2.º e 3.º do Primeiro Protocolo da Convenção relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias – JO C 313 de 23.10.1996, p. 1.

³ C(2004) 193/3 de 3.2.2004, com a última redacção que lhe foi dada pelas regras internas de 2007 (http://www.cc.cec/budg/i/earlywarn/imp-110-060_decision_en.html)

encontrados, em proporção com a sua gravidade⁴. Se necessário, instaura processos judiciais com vista a recuperar os fundos perdidos, indevidamente pagos ou incorrectamente utilizados.

- (8) O organismo delegatário é responsável perante a Comissão por todos os fundos indevidamente pagos.
- (9) O organismo delegatário não pode sub-contratar a um terceiro nenhuma das tarefas relacionadas com a execução da acção, nem ceder nenhum dos seus direitos e obrigações a um terceiro, sem o acordo prévio, por escrito, da Comissão. Caso sub-contrate uma parte das suas tarefas a um terceiro, o organismo delegatário continuará a ser inteiramente responsável pelo cumprimento do disposto na convenção e das obrigações dela decorrentes.
- (10) O organismo delegatário garante que as condições que lhe são aplicáveis nos termos dos artigos II, III, n.º3, IV, VI, VII, VIII, IX, XVI e XVIII da presente convenção sejam igualmente aplicáveis aos terceiros envolvidos na execução da acção.

ARTIGO III: PRAZO DE EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO, SUSPENSÃO, FORÇA MAIOR

- (1) A convenção fixa o prazo de execução, que tem início na data de entrada em vigor da convenção e termina na data indicada para o efeito no artigo 2.º, n.º 2, das Condições Especiais.
- (2) O prazo de execução compreende uma fase de execução operacional, no decurso da qual são desenvolvidas as actividades principais. Esta fase tem início na data de entrada em vigor da convenção, tal como previsto no artigo 2.º, n.º 1, das Condições Especiais, e termina o mais tardar 24 meses antes do final do prazo de execução. A fase de encerramento, no decurso da qual são realizadas as auditorias e avaliação finais e se procede ao encerramento técnico e financeiro dos contratos relativos à execução da convenção de financiamento, tem início na mesma data em que termina a fase de execução operacional e termina o mais tardar 24 meses depois dessa data, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.
- (3) Os custos associados às actividades principais só serão elegíveis para financiamento da UE se tiverem sido incorridos no decurso da fase de execução operacional. Os custos associados às auditorias e avaliação finais, assim como as actividades de encerramento são elegíveis até ao final da fase de encerramento.
- (4) Os eventuais saldos remanescentes a título da contribuição da UE devem ser recuperados pela Comissão, em conformidade com o disposto no artigo XVII, o mais tardar seis meses após o final do período de execução.
- (5) Em casos excepcionais e devidamente justificados, pode ser pedida uma prorrogação da fase de execução operacional e, por conseguinte, do prazo de execução. Se o organismo delegatário pedir uma prorrogação, o pedido deve ser apresentado à Comissão pelo menos um mês antes do final da fase de execução operacional. Se a Comissão aceitar o pedido de prorrogação, a aprovação deve ser dada pela Comissão ao organismo delegatário o mais tardar antes do final da fase de execução operacional.

⁴ Por exemplo, a suspensão da autorização para assinar novos contratos ou convenções de subvenção com terceiros ou a suspensão do pagamento das fracções seguintes (no caso de os fundos não terem sido pagos de uma só vez).

- (6) Em casos excepcionais e devidamente justificados, e no final da fase de execução operacional, é possível solicitar uma prorrogação da fase de encerramento e, por conseguinte, do prazo de execução. Se o organismo delegatário pedir uma prorrogação, o pedido deve ser apresentado à Comissão pelo menos um mês antes do final da fase de encerramento. Se a Comissão aceitar o pedido de prorrogação, a aprovação deve ser dada pela Comissão ao organismo delegatário o mais tardar antes do final da fase de encerramento.
- (7) Não pode ser concedida qualquer prorrogação para além da data referida no artigo 2.º, n.º 4, das Condições Especiais. Os eventuais saldos remanescentes relativamente aos quais não foi assinado qualquer contrato ou convenção de subvenção pelo organismo delegatário serão recuperados pela Comissão, em conformidade com o disposto no artigo XVII.
- (8) O organismo delegatário pode suspender a execução da totalidade ou de parte da acção se as circunstâncias (principalmente em caso de força maior, como previsto no n.º 11 abaixo) tornarem demasiado difícil ou perigosa a sua prossecução. O organismo delegatário informa imediatamente do facto a Comissão, fornecendo-lhe informações detalhadas, bem como a data prevista para retomar a execução. Se a convenção não for denunciada, o organismo delegatário procurará reduzir ao mínimo o período de suspensão e retomará a execução da acção logo que se encontrem reunidas as condições necessárias, informando desse facto a Comissão.
- (9) A Comissão pode pedir ao organismo delegatário que suspenda a execução da totalidade ou de parte da acção se as circunstâncias (principalmente em caso de força maior) tornarem impossível ou demasiado difícil ou perigosa a sua prossecução. Se a convenção não for denunciada, o organismo delegatário procurará reduzir ao mínimo o período de suspensão e retomará a execução da acção logo que se encontrem reunidas as condições necessárias, mediante acordo prévio, por escrito, da Comissão.
- (10) O prazo de execução da convenção é automaticamente prorrogado por um período equivalente ao prazo de suspensão, sem prejuízo das eventuais alterações à convenção que possam revelar-se necessárias para adaptar a acção às novas condições de execução.
- (11) Entende-se por força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excepcional, independente da vontade das partes e não imputável a falta ou negligência de uma delas (nem de nenhum dos seus sub-contratantes ou empregados), que impeça a execução, por uma das partes da convenção, de uma das suas obrigações e que não pôde ser resolvido apesar das diligências realizadas. Os defeitos de equipamento ou de material ou atrasos na respectiva disponibilização, conflitos laborais, greves ou problemas financeiros não podem ser invocados como casos de força maior. Nenhuma das partes pode ser considerada responsável pelo incumprimento das suas obrigações ao abrigo da convenção se tal incumprimento se dever a um caso de força maior. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 acima, a parte confrontada com um caso de força maior comunica sem demora esse facto à outra parte, precisando a sua natureza, a duração provável e os efeitos previsíveis de tal situação e adopta todas as medidas necessárias para reduzir ao mínimo as eventuais consequências.

ARTIGO IV: RESPONSABILIDADE

- (1) O organismo delegatário é o único responsável pelo respeito das obrigações jurídicas que lhe incumbem nos termos da presente convenção.
- (2) A Comissão não pode, em caso algum, nem a qualquer título, ser considerada responsável por eventuais danos ou prejuízos causados aos bens ou ao pessoal do organismo delegatário e decorrentes da execução da acção. A Comissão não pode, portanto, aceitar qualquer pedido de indemnização ou de pagamento adicional por esse motivo.

- (3) O organismo delegatário é o único responsável perante terceiros, nomeadamente por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza causados a esses terceiros e relacionados com a convenção ou decorrentes da execução da acção.

ARTIGO V: OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE INFORMAÇÃO E DE RELATÓRIOS

- (1) O organismo delegatário compromete-se a apresentar relatório sobre a execução das suas tarefas. Para o efeito, apresenta à Comissão um ou mais relatórios de execução e um relatório final nos termos a seguir definidos.
- (2) O organismo delegatário é obrigado a apresentar o relatório de execução sobre a execução da fase operacional da convenção relativo a cada período de 12 meses a contar da data de entrada em vigor da convenção. O organismo delegatário apresenta o relatório de execução no prazo de 60 dias após o final do período abrangido pelo relatório. O relatório de execução abrange todas as actividades e contém informações sobre a execução das tarefas e a correcta utilização dos fundos transferidos para o organismo delegatário ao abrigo da convenção. Se a fase de execução operacional da convenção não ultrapassar 12 meses, o organismo delegatário apresenta apenas o relatório final.
- (3) O relatório de execução deve incluir os seguintes elementos:
- a) uma descrição sucinta do modo como foi executada cada actividade, precisando as despesas efectivamente autorizadas e incorridas por actividade;
 - b) informações sobre as medidas de controlo e de auditoria a que foi sujeito o próprio organismo delegatário, bem como as medidas de controlo aplicadas aos beneficiários dos fundos (incluindo, se necessário, os contratantes). No caso de ter sido realizada uma inspecção, um relatório sintético de inspecção, que indique o número e os resultados dos controlos no local e das auditorias já efectuados;
 - c) uma demonstração financeira geral que descreva a utilização dos fundos transferidos para o organismo delegatário;
 - d) uma demonstração financeira que descreva a utilização da compensação financeira a título dos custos administrativos incorridos, caso tal compensação esteja prevista no artigo 4.º, n.º 3, das Condições Especiais;
 - e) se for caso disso, um pedido de pagamento.
- (4) O organismo delegatário apresenta à Comissão, logo que possível e o mais tardar 60 dias após o final da fase de encerramento prevista na convenção, um relatório final que sintetize a execução das diversas actividades previstas⁵ e descreva a utilização que foi feita dos fundos transferidos para o organismo delegatário. Se a fase de execução operacional da convenção não ultrapassar 12 meses, o relatório final deve conter, para além das informações a seguir enunciadas, todas as informações mencionadas no n.º 3 acima.
- (5) O relatório deve conter os seguintes elementos:
- (a) O montante total efectivamente pago pelo organismo delegatário a terceiros, o montante total da compensação financeira a título dos custos administrativos e o montante total dos custos efectivos da assistência técnica prestada pelo organismo delegatário a terceiros, permitindo assim determinar o saldo total a recuperar pela Comissão junto do organismo delegatário;

⁵ Resultados discriminados por operações, no caso de a acção abranger mais de uma operação.

- (b) As medidas de controlo e de auditoria a que foi ou será sujeito o próprio organismo delegatário⁶;
 - (c) Anexos: o relatório final contém os seguintes anexos:
 - (i) um quadro recapitulativo, indicando o montante final de cada subvenção ou de cada contrato, bem como a referência dos relatórios de execução correspondentes a cada operação; os relatórios de execução referidos no n.º 3 são considerados um anexo do relatório final,
 - (ii) um relatório sintético de inspecção, indicando o número e os resultados dos controlos no local e das auditorias já efectuados pelo organismo delegatário junto de terceiros (incluindo beneficiários de subvenções e contratantes) acompanhado, se necessário, de informações actualizadas sobre as medidas adoptadas para solucionar os problemas identificados.
 - (d) Descrição dos resultados obtidos por cada operação e o seu impacto relativamente aos objectivos da acção;
- (6) A Comissão pode solicitar informações complementares sobre o conteúdo dos relatórios ou documentos adicionais. O organismo delegatário fornece as informações/ documentos solicitados no prazo de 30 dias a contar da data do pedido.
- (7) Se a Comissão não se manifestar dentro do prazo referido, o relatório será considerado aprovado no prazo de 45 dias após a data da sua recepção, acompanhado de um pedido de pagamento conforme ao modelo que figura no Anexo V.
- Se a Comissão não tencionar aprovar um relatório que lhe foi apresentado, enviará um pedido fundamentado ao organismo delegatário explicando as razões da sua recusa e indicando as informações complementares que lhe deverão ser facultadas no referido prazo de 45 dias após a data de recepção de um relatório completo e dos seus anexos. O prazo para a aprovação do relatório acima mencionado será portanto suspenso até à recepção das informações solicitadas.
- Os pedidos de pagamento conformes ao modelo que figura no Anexo V são considerados aprovados pela Comissão 45 dias após a data de aprovação do relatório pela Comissão, tal como previsto no n.º 1.
- Se a Comissão considerar que um pedido de pagamento não é admissível, enviará ao organismo delegatário um pedido explicando as razões da sua recusa e indicando as informações complementares que lhe deverão ser facultadas no prazo referido de 45 dias após a data de aprovação do relatório. O prazo de pagamento será portanto suspenso até ao registo de um pedido de pagamento formulado correctamente.
- (8) A aprovação do relatório e/ou dos seus anexos não implica o reconhecimento nem da sua regularidade, nem do carácter autêntico, completo e correcto das declarações e informações nele contidas.
- (9) Os relatórios são apresentados em euros e podem ser elaborados a partir de demonstrações financeiras expressas noutras moedas, em conformidade com os requisitos jurídicos do organismo delegatário. Em tal caso, e para efeitos do relatório, as despesas efectivas são convertidas em euros à taxa de câmbio a seguir indicada.

⁶ A aprovação das contas nas condições previstas nos estatutos do organismo delegatário vale como relatório de inspecção e de auditoria.

As conversões efectuadas no âmbito da execução da convenção são calculadas com base na taxa aplicada pelo Banco Central Europeu, no dia da execução do pagamento, às principais operações de refinanciamento em euros, tal como publicada no Infoeuro.

ARTIGO VI: CONFLITO DE INTERESSES

- (1) O organismo delegatário compromete-se a adoptar todas as precauções necessárias para evitar conflitos de interesses e informa imediatamente a Comissão de qualquer situação susceptível de constituir ou conduzir a um conflito de interesses.
- (2) Existe conflito de interesses sempre que o exercício imparcial e objectivo das funções de um interveniente no âmbito da presente convenção se encontre comprometido por motivos de ordem familiar ou afectiva, de afinidade política ou nacional, de interesse económico, ou por qualquer outro motivo de comunhão de interesses com outra parte.

ARTIGO VII: VISIBILIDADE E PUBLICAÇÃO EX-POST

- (1) Salvo pedido ou acordo em contrário por parte da Comissão, o organismo delegatário adopta todas as medidas apropriadas para assegurar a visibilidade do financiamento de uma acção pela União Europeia. Em todas as informações comunicadas à imprensa e aos beneficiários dos fundos, bem como em todo o material publicitário, notas oficiais, relatórios e publicações deve figurar que a acção foi executada «*com financiamento da União Europeia*» e o logótipo da União Europeia (doze estrelas amarelas sobre um fundo azul) deve ser bem visível. Tais medidas devem observar as regras aplicáveis em matéria de visibilidade das acções externas, definidas e publicadas pela Comissão.
- (2) Por cada subvenção e por cada contrato financiados a título dos fundos colocados à sua disposição, o organismo delegatário é obrigado a publicar anualmente, pelo menos no seu sítio Internet, as seguintes informações:
 - a) para as subvenções: designação da acção, nome, endereço e nacionalidade do beneficiário e montante da subvenção;
 - b) para os contratos: designação e tipo de contrato, nome, endereço e nacionalidade do contratante e montante do contrato.

Quando uma parte das tarefas mencionadas no Anexo I da convenção é realizada pelos parceiros do organismo delegatário responsáveis pela execução, a obrigação em matéria de publicação ex post, mencionada no presente artigo, incumbe aos referidos parceiros.

O organismo delegatário divulga o endereço do sítio Internet onde figuram tais informações e autoriza a Comissão a publicar o endereço no sítio Internet adequado da Comissão.

- (3) Sempre que, no âmbito da acção, tenham sido adquiridos equipamentos, veículos e material importante graças a fundos disponibilizados pela Comissão, é necessário indicar devidamente esse financiamento nos equipamentos, veículos e material importante, bem como o logótipo europeu (doze estrelas amarelas sobre um fundo azul) de forma visível.
- (4) A referência à fonte de financiamento e o logótipo da União Europeia devem ser claramente visíveis de modo a evitar qualquer confusão que conduza à identificação da acção como uma actividade do organismo delegatário.

- (5) Todas as publicações do organismo delegatário relativas a acções que beneficiaram de financiamento da União Europeia, independentemente da forma e do suporte utilizados (incluindo a Internet), devem incluir a seguinte declaração de exoneração de responsabilidade ou uma menção análoga: "O presente documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não reflectem necessariamente a posição oficial da União Europeia".
- (6) As menções relativas às contribuições da União Europeia devem indicar o montante destas contribuições em euros, entre parêntesis se necessário.
- (7) O organismo delegatário aceita que a Comissão publique, sob a forma e o suporte por ela escolhidos, incluindo nos seus sítios Internet, o nome e o endereço do organismo delegatário, o objectivo da contribuição, o montante atribuído e a percentagem do co-financiamento.
- (8) O organismo delegatário aceita que a Comissão transmita à autoridade orçamental da União Europeia as informações relativas à subvenção ou subvenções e aos contratos adjudicados no âmbito da presente convenção, bem como as informações relativas ao próprio organismo delegatário.

ARTIGO VIII: PROPRIEDADE DOS RESULTADOS

- (1) Salvo disposição em contrário, os equipamentos, veículos e materiais fornecidos no âmbito da acção executada ao abrigo da convenção são transferidos para as autoridades locais ou parceiros de execução (com excepção dos contratantes comerciais) ou para os beneficiários finais da acção, uma vez concluída esta última. Os documentos comprovativos destas transferências são apresentados juntamente com o relatório final, nos termos do artigo V.
- (2) Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o organismo delegatário assegura que o terceiro em causa (parceiro de execução, beneficiário da subvenção ou contratante) conceda à Comissão o direito de utilizar livre e gratuitamente e da forma que melhor entender, os resultados de uma acção, respeitando as obrigações de confidencialidade enunciadas no artigo IX e no pleno respeito dos direitos existentes de propriedade industrial e intelectual (incluindo os direitos de autor).

ARTIGO IX: CONFIDENCIALIDADE

- (1) A Comissão e o organismo delegatário comprometem-se a manter a confidencialidade de qualquer documento, informação ou outro material directamente relacionado com a execução das convenções, que esteja devidamente classificado como confidencial. A Comissão tem acesso, mediante pedido, a todos estes documentos, informações ou material.
- (2) As partes permanecem vinculadas a esta obrigação pelo menos durante 7 anos após o final do período de execução, como previsto no artigo 2.º das Condições Especiais.

ARTIGO X: DENÚNCIA DA CONVENÇÃO

- (1) Se, num determinado momento, uma das Partes considerar que já não é possível concretizar, de forma eficaz e adequada, os objectivos da convenção, consulta a outra parte. Caso não se chegue a acordo sobre uma solução, qualquer uma das Partes pode pôr termo à convenção mediante um pré-aviso por escrito de dois meses. Neste caso, o organismo delegatário só terá direito à utilização dos fundos remanescentes da parte do programa/projecto executado, bem como ao reembolso dos compromissos por ele assumidos antes da notificação escrita à outra parte da denúncia da convenção e aos quais, por motivos legais, não possa razoavelmente pôr termo. Os fundos relativos às actividades ainda não executadas ou à parte não executada de certas actividades são recuperados pela Comissão, em conformidade com as disposições do artigo XVII.
- (2) A Comissão pode igualmente decidir pôr termo à convenção nas circunstâncias seguintes:
 - (a) caso uma alteração jurídica, técnica ou organizativa afecte de forma substancial as condições e obrigações previstas nos artigos I e II acima;
 - (b) se o organismo delegatário não cumprir uma das obrigações essenciais que lhe incumbem em conformidade com as disposições da convenção, incluindo os seus anexos;
 - (c) em caso de força maior ou em caso de suspensão de uma actividade devido a circunstâncias excepcionais, notificadas em conformidade com o artigo III;
 - (d) se o organismo delegatário for objecto de declaração de falência, de um processo de liquidação ou de um processo semelhante;
 - (e) se o organismo delegatário cometer uma falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio justificado;
 - (f) se o organismo delegatário fizer declarações falsas ou fornecer relatórios não conformes com a realidade para obter financiamento ou conservar indevidamente os fundos colocados à sua disposição;
 - (g) se o organismo delegatário, intencionalmente ou por negligência, cometer uma irregularidade substancial na execução da convenção, bem como em caso de fraude, de corrupção ou de qualquer outra actividade ilegal do organismo delegatário que atente contra os interesses financeiros da UE. Constitui uma irregularidade substancial qualquer violação de uma disposição de uma convenção ou regulamento resultante de um acto ou de uma omissão do organismo delegatário que tenha ou teria como efeito a perda dos fundos transferidos no âmbito da convenção.

A Comissão iniciará discussões com o organismo delegatário e, caso não seja encontrada uma solução aceitável no prazo de um mês, pode denunciar a convenção sem pré-aviso e sem obrigação de pagar qualquer indemnização ao organismo delegatário. Nesse caso, a Comissão pode exigir o reembolso integral ou parcial dos eventuais montantes indevidamente pagos, após ter permitido ao organismo delegatário apresentar as suas observações.
- (3) Um contrato de adjudicação ou uma subvenção de financiamento que não tenha dado lugar a nenhum pagamento no prazo de três anos após a sua assinatura é automaticamente rescindido e o seu financiamento é imediatamente recuperado pela Comissão em conformidade com o disposto no artigo XVII.

ARTIGO XI: ALTERAÇÕES À CONVENÇÃO

- (1) Qualquer pedido de alteração da convenção, incluindo os seus anexos, ou qualquer alteração que tenha repercussões na execução da convenção, como por exemplo, a prorrogação do período de execução da convenção ou a suspensão total ou parcial da execução da acção, tal como previsto no artigo III, devem ser notificadas por escrito por uma parte à outra parte.
- (2) Salvo disposição em contrário da convenção, se o pedido de alteração emanar do organismo delegatário, este deve apresentá-lo à Comissão um mês antes da data em que a alteração deve entrar em vigor, excepto em circunstâncias especiais, devidamente justificadas pelo organismo delegatário e aceites pela Comissão.
- (3) Qualquer alteração à convenção é efectuada exclusivamente através de uma adenda escrita.
- (4) Se uma alteração à descrição e /ou ao orçamento da acção não afectar o objectivo essencial da acção e se a incidência financeira se limitar a uma transferência no interior de uma mesma rubrica orçamental, nomeadamente a supressão ou a introdução de um artigo, ou a uma transferência entre rubricas orçamentais que implique uma variação (em termos cumulativos, se for caso disso) inferior ou igual a 15% do montante originalmente inscrito (se for caso disso modificada por adenda) em cada rubrica de custos elegíveis, o organismo delegatário pode aplicar a referida alteração, devendo informar desse facto por escrito a Comissão. Este método não pode ser utilizado para alterar as rubricas relativas às despesas administrativas.
- (5) As alterações de endereço e as alterações de conta bancária podem ser objecto de uma simples notificação à Comissão. As alterações de conta bancária devem ser especificadas no pedido de pagamento utilizando a ficha de identificação financeira da Comissão que constitui o Anexo V.

ARTIGO XII: DIREITO APLICÁVEL

- (1) A presente convenção é regida pelo direito da UE, completado, se necessário, pelas disposições pertinentes do direito belga.
- (2) As partes empenham-se em resolver amigavelmente os eventuais litígios ou reclamações relacionados com a interpretação, aplicação ou execução da convenção, designadamente no que se refere à sua existência, validade ou denúncia. Caso não seja possível uma resolução amigável, qualquer das partes pode submeter a questão ao Tribunal de Primeira Instância da UE, em caso de recurso, ao Tribunal de Justiça da UE.

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO XIII: GARANTIA FINANCEIRA

- (1) Caso previsto no artigo 5.º, n.º 5, das Condições Especiais, o organismo delegatário fornece uma garantia financeira adequada, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral do montante devido à Comissão. O garante será um garante face ao primeiro pedido e não solicitará à Comissão que recorra contra o organismo delegatário.
- (2) Esta garantia financeira é proporcional ao montante transferido para o organismo delegatário. Permanece em vigor até à data de aprovação do relatório final do organismo delegatário pela Comissão, que não deve ser recusado injustificadamente.

- (3) Quando a garantia não é prestada por uma autoridade pública, a Comissão compromete-se a liberá-la no prazo de 30 dias a contar da data de aprovação do relatório final estipulada no artigo V, n.º 7.

ARTIGO XIV: TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS

- (1) As transferências de fundos entre o organismo delegatário e a Comissão são efectuadas em euros, tanto para os fundos transferidos para o organismo delegatário pela Comissão como para a recuperação pela Comissão de eventuais saldos remanescentes não utilizados pelo organismo delegatário.
- (2) Os pagamentos da Comissão e do organismo delegatário são considerados efectuados na data em que são debitados nas respectivas contas.
- (3) Os montantes que o organismo delegatário ainda não tiver utilizado continuam a ser propriedade da UE ou do Fundo Europeu de Desenvolvimento.
- (4) As modalidades de pagamento estipuladas no artigo 5º das Condições Especiais obedecem a uma das opções seguintes:

Opção 1: a transferência de fundos entre a Comissão e o organismo delegatário é efectuada mediante um único pagamento no prazo de 45 dias a contar da data de assinatura da convenção.

Opção 2: a transferência de fundos entre a Comissão e organismo delegatário é efectuada em várias fracções.

A Comissão transferirá um pré-financiamento de um montante correspondente a 100% da parte do orçamento previsional dos primeiros 12 meses de uma acção por ela financiada, no prazo de 45 dias a contar da assinatura da convenção.

Cada fracção suplementar representará um novo pré-financiamento correspondente a 100 % da parte do orçamento para o período seguinte de doze meses (ou o período restante se este for mais curto, como é o caso da última fracção de pré-financiamento). Este pré-financiamento será pago pela Comissão no prazo de 45 dias após a aprovação do relatório de execução, acompanhado de um pedido de pagamento do organismo delegatário, que será conforme ao modelo constante do Anexo V e referido no artigo V, desde que as despesas realmente efectuadas representem no mínimo 70% do montante do pagamento imediatamente anterior (e 100% dos eventuais pagamentos anteriores), tal como atestado pelo relatório correspondente. Para efeitos da presente disposição, considera-se que as despesas se realizaram quando tenham sido objecto de um compromisso jurídico formal entre o organismo delegatário e o terceiro.

A Comissão pagará o saldo no prazo de 45 dias a partir da data de aprovação do relatório final, como previsto no artigo V.

ARTIGO XV: CONTA BANCÁRIA E JUROS PARA OS ORGANISMOS DE DIREITO PRIVADO OU OS ORGANISMOS DE DIREITO PÚBLICO DOS PAÍSES TERCEIROS

- (1) Quando o organismo delegatário é um organismo de direito privado ou pertence a um Estado que não é membro da União Europeia, abre uma conta bancária específica em euros, se possível vencendo juros ou com vantagens equivalentes identificáveis (ou uma subconta que permita identificar esses juros ou vantagens equivalentes). Esta conta ou subconta deve permitir:

- identificar os fundos transferidos pela Comissão,
 - identificar e controlar as operações efectuadas com terceiros,
 - distinguir as operações realizadas no âmbito da convenção das efectuadas no âmbito de outras missões ou actividades do organismo delegatário.
- (2) Quando a conta bancária aberta pelo organismo delegatário não pode vencer juros deve permitir:
- identificar os fundos transferidos pela Comissão,
 - identificar e controlar as operações efectuadas com terceiros,
 - distinguir as operações realizadas no âmbito da convenção das efectuadas no âmbito de outras missões ou actividades do organismo delegatário.
- (3) Os eventuais juros ou benefícios equivalentes gerados pelos fundos transferidos pela Comissão para o organismo delegatário são mencionados nos relatórios intercalares e finais referidos no artigo IV.
- (4) Salvo disposição em contrário do regulamento aplicável, os eventuais juros ou benefícios equivalentes gerados por fundos de montante equivalente ou inferior a 250 000 euros e que foram transferidos pela Comissão para o organismo delegatário não são devidos à Comissão e podem ser utilizados pelo organismo delegatário para efeitos da convenção, tal como indicado no artigo 1.º das Condições Especiais.
- (5) Os eventuais juros ou benefícios equivalentes gerados por fundos de montante superior a 250 000 euros e que foram transferidos pela Comissão para o organismo delegatário são recuperados pela Comissão, em conformidade com as disposições do artigo XVII, o mais tardar no final do prazo de execução mencionado no artigo 2.º, n.º 3, das Condições Especiais.
- (6) Salvo disposição em contrário do regulamento aplicável, em caso de acções de gestão de crises reconhecidas como tal pela Comissão, os eventuais juros gerados por fundos de montante equivalente ou inferior a 750 000 euros e que foram transferidos pela Comissão para o organismo delegatário não são devidos à Comissão e podem ser utilizados pelo organismo delegatário para efeitos da convenção, tal como indicado no artigo 1.º das Condições Especiais.
- (7) Em caso de acções de gestão de crises reconhecidas como tal pela Comissão, os eventuais juros ou benefícios equivalentes gerados por fundos de montante superior a 750 000 euros e que foram transferidos pela Comissão para o organismo delegatário são recuperados pela Comissão, em conformidade com as disposições do artigo XVII. Salvo disposição em contrário do regulamento aplicável, a Comissão recupera os juros em causa no final de cada exercício financeiro.

ARTIGO XVI: MONTANTE FINAL

- (1) A aprovação pela Comissão do relatório final do organismo delegatário, previsto no artigo V, n.º 7, determina o montante final dos fundos utilizados pelo referido organismo.
- (2) O montante final não é superior à contribuição máxima da UE prevista no artigo 4.º, n.º 2, das Condições Especiais.
- (3) O montante final dos fundos utilizados pelo organismo delegatário calcula-se do seguinte modo:

- a) no caso das subvenções, com base nos custos elegíveis identificados de acordo com as regras aplicáveis às subvenções, constantes do artigo 3.º, n.º 1, das Condições Especiais;
- b) no caso dos contratos, com base nas facturas recebidas dos contratantes;
- c) em caso de compensação financeira pela assistência técnica proporcionada pelo organismo delegatário a terceiros pelos seus próprios meios, com base nos documentos justificativos, como indicado abaixo;
- d) em caso de compensação financeira por custos administrativos, com base numa percentagem aprovada, prevista no artigo 4.º, n.º 3, das Condições Especiais.

Para que os custos mencionados nas alíneas a), b) e c) sejam considerados elegíveis nos termos da presente convenção devem:

- ser necessários à execução da acção, estar especificamente previstos na presente convenção e respeitar os princípios de boa gestão financeira;
 - ter sido efectivamente incorridos no decurso do prazo de execução, como definido no artigo 2.º, n.º 2, das Condições Especiais, independentemente da data em que os fundos foram efectivamente desembolsados pelo organismo delegatário;
 - ter sido lançados na contabilidade do organismo delegatário, ser identificáveis, devidamente comprovados por documentos originais (se for caso disso em formato electrónico) e passíveis de verificação, em conformidade com o disposto no artigo XVIII, nº 3.
- (4) No momento em que aprova o relatório final, a Comissão encerra as contas, aprova o montante final dos fundos utilizados pelo organismo delegatário e o eventual saldo a restituir.
 - (5) O montante final é a diferença entre o montante total dos fundos transferidos pela Comissão para o organismo delegatário e o montante total pago pelo organismo delegatário a terceiros (parceiro de execução, beneficiários das subvenções ou contratantes), tendo em conta o co-financiamento, caso tenha existido, em conformidade com o artigo 4.º das Condições Especiais, a compensação financeira a título dos custos administrativos, como previsto no artigo 4.º, n.º 3, das Condições Especiais, e a compensação financeira a título da assistência técnica prestada pelo organismo delegatário, se for caso disso. O montante pago pela assistência técnica prestada pelo organismo delegatário, cuja utilização efectiva não foi devidamente assinalada nos relatórios previstos no artigo V, é recuperado pela Comissão.
 - (6) Em conformidade com o disposto no artigo V, n.º 7, a Comissão informa o organismo delegatário da aprovação do relatório final, indicando, se necessário, o montante que tenciona recuperar. O organismo delegatário dispõe de um prazo de 30 dias para apresentar as suas eventuais observações. Se, uma vez findo o prazo, o organismo delegatário não tiver apresentado observações relativas ao cálculo acima mencionado e/ou à base de cálculo do montante a recuperar, a Comissão emite uma ordem de cobrança que o organismo delegatário se compromete a executar nas condições e no prazo fixados no artigo XVII.
 - (7) Qualquer montante pago em excesso pela Comissão ao organismo delegatário é recuperado, em conformidade com o disposto no artigo XVII.

ARTIGO XVII: RECUPERAÇÃO

- (1) Sempre que se justifique proceder a um reembolso, o organismo delegatário compromete-se a reembolsar à Comissão a eventual diferença entre os montantes pagos e o montante final devido, no prazo de 45 dias a contar da data de emissão da nota de débito, sendo esta última constituída pela carta em que a Comissão solicita o montante devido pelo organismo delegatário.
- (2) Em caso de não reembolso pelo organismo delegatário no prazo fixado, o montante devido será acrescido de juros de mora à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento em euros, majorada de três pontos e meio. Os juros referir-se-ão ao período decorrido entre o dia seguinte à data de expiração do prazo de pagamento e a data em que o pagamento tem lugar. Os eventuais pagamentos parciais serão utilizados, prioritariamente, para o pagamento dos juros de mora.
- (3) O reembolso dos montantes devidos à Comissão pode ser efectuado mediante compensação com quaisquer montantes que sejam devidos ao organismo delegatário, a qualquer título, após ter informado devidamente este último. Não é necessário o consentimento prévio do organismo delegatário. Esta disposição é aplicável sem prejuízo de um eventual escalonamento dos pagamentos acordado entre as partes.
- (4) Os encargos bancários ocasionados pelo reembolso dos montantes devidos à Comissão são integralmente assumidos pelo organismo delegatário.

ARTIGO XVIII: AVALIAÇÃO, CONTROLO TÉCNICO E FINANCEIRO

- (1) Os representantes da Comissão são convidados a participar nas principais actividades de acompanhamento e nas missões de avaliação dos resultados da acção. Os resultados destas missões de avaliação são comunicadas à Comissão pelo organismo delegatário.
- (2) Esta disposição aplica-se sem prejuízo de qualquer missão de avaliação que a Comissão deseje efectuar enquanto doador. As missões de avaliação dos representantes da Comissão devem ser planeadas e realizadas num espírito de colaboração entre o organismo delegatário e os representantes da Comissão, tendo em conta o compromisso assumido pelas partes no sentido de assegurar uma execução eficaz e racional da convenção. Estas missões devem ser planeadas antecipadamente e os aspectos processuais devem ser decididos previamente conjuntamente pela Comissão e o organismo delegatário. A Comissão transmite ao organismo delegatário o projecto de relatório elaborado durante a missão de avaliação para que este formule as suas observações antes da publicação do relatório final.
- (3) O organismo delegatário reconhece o direito da Comissão, do OLAF e do Tribunal de Contas da União Europeia, ou de qualquer outro representante designado pela Comissão, para efectuar verificações documentais e controlos no local sobre a utilização do financiamento da UE no âmbito da presente convenção (incluindo os procedimentos de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções) e, se necessário, para realizar uma auditoria completa, com base em documentos contabilísticos comprovativos e outros documentos relativos ao financiamento da acção, durante o todo o período de vigência da convenção e por um período mínimo de sete anos a partir da data de aprovação do relatório final, como previsto no artigo V, n.º 7. Consequentemente, o organismo delegatário coloca à disposição da Comissão, do OLAF, do Tribunal de Contas da União Europeia e de qualquer outro organismo externo qualificado escolhido pela Comissão para efectuar estes controlos todos os documentos originais ou, em casos excepcionais e devidamente justificados, as cópias autenticadas dos documentos originais relativos à convenção e aos eventuais contratos de adjudicação ou convenções de subvenção celebrados ao abrigo da presente convenção, por um período

mínimo de sete anos a contar da data de aprovação do relatório final e até à data de prescrição de eventuais acções litigiosas, em conformidade com a legislação aplicável à convenção e aos contratos e subvenções acima mencionados.

- (4) O organismo delegatário reconhece ao OLAF o direito de proceder a controlos e verificações no local, segundo os procedimentos previstos pela legislação da UE para a protecção dos interesses financeiros da União Europeia contra a fraude e outras irregularidades.
- (5) Para o efeito, o organismo delegatário compromete-se a permitir ao pessoal da Comissão, do OLAF e do Tribunal de Contas da União Europeia, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso aos locais e instalações onde são realizadas as acções financiadas no âmbito da convenção, incluindo aos respectivos sistemas informáticos, bem como o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira dessas acções, e a tomar todas as medidas destinadas a facilitar essa tarefa. O acesso das pessoas mandatadas pela Comissão, pelo OLAF e pelo Tribunal de Contas da União Europeia obedece a condições de estrita confidencialidade no que diz respeito a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estão sujeitas. Os documentos devem ser acessíveis e classificados de forma a facilitar os controlos, devendo o beneficiário informar a Comissão, o OLAF ou o Tribunal de Contas da União Europeia sobre o local exacto onde se encontram guardados.
- (6) O organismo delegatário é informado sobre a realização das missões efectuadas no terreno pelas pessoas mandatadas pela Comissão, pelo OLAF ou pelo Tribunal de Contas da União Europeia
- (7) O organismo delegatário transmite imediatamente à Comissão, e em especial ao OLAF, todas as informações relativas a casos de fraude ou de corrupção, suspeitos ou confirmados, ou a outras actividades ilegais.